

X Congresso Internacional da BRASA - Brasília - DF, 22 a 24 de julho de 2010

As eleições de 2008 em São Paulo e Salvador: o processo de seleção dos candidatos a vereador¹

Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)²
Gabriela Tarouco (UFPE)

Resumo: Este artigo visa dois objetivos. O primeiro é comparar o processo de seleção dos candidatos a vereador às Câmaras Municipais de São Paulo e Salvador das eleições de 2008. Para isso três dimensões desse processo realizadas pelo DEM, PMDB, PSDB, PDT, PSB e PT serão analisadas: *Quem e como* selecionam esses candidatos? A terceira dimensão são os *critérios* utilizados pelos selecionadores para escolherem os candidatos. O segundo objetivo é verificar se há diferenças entre esses procedimentos de uma subseção partidária para outra.

Palavras-chave: seleção de candidatos, vereadores, partidos políticos, eleições municipais

¹ Este artigo apresenta os primeiros resultados da pesquisa **Recrutamento Político e competição partidária em três capitais brasileiras: as eleições de 2008**, financiada pelo CNPq e coordenada pela Profa. Maria do Socorro Sousa Braga e com as participações das professoras Luciana Fernandes Veiga e Gabriela Tarouco.

² Maria do Socorro Sousa Braga é professora do Departamento de Ciências Sociais da UFSCAR e coordenadora do Grupo de Trabalho da Anpocs Partidos e Sistemas Partidários. Gabriela Tarouco é professora do Departamento de Ciência Política da UFPE.

1. Introdução

Nas democracias representativas os partidos políticos são instituições cuja singularidade advém do ambiente específico de atuação, isto é, somente os partidos atuam na arena eleitoral competindo por votos (Panebianco, 2005) visando alcançar as arenas decisórias. Logo, um dos aspectos cruciais para se avaliar o sistema partidário brasileiro diz respeito à sua capacidade de estruturar a competição partidária. E, no que se refere aos partidos, cabe investigar o seu papel como agentes que organizam a disputa eleitoral.

Mais especificamente, em termos organizacionais e programáticos, são os partidos políticos que estruturam o programa partidário que irá nortear a agenda da campanha eleitoral. São eles que escolhem entre seus filiados os candidatos aos cargos eletivos em disputa nas eleições para as esferas de poder (municipal, estadual e nacional). Além disso, articulam as estratégias coligacionistas e chapas entre essas dinâmicas de competição para os executivos e legislativos. Também distribuem recursos públicos e privados entre seus candidatos, negociam apoios de setores sociais e grupos de interesse às campanhas e acompanham todas as etapas da votação e apuração dos resultados eleitorais, entre outras atividades necessárias à realização das eleições.

No período pré-eleitoral, ou seja, antes do registro das candidaturas nos tribunais da justiça eleitoral e da realização das convenções para homologá-las, os partidos são responsáveis pela organização das chapas de candidatos. Para isso, controlam o processo de seleção de quadros entre seus filiados para cada competição (Braga, 2008). O exame dessa dinâmica para a Câmara dos Deputados brasileira revela que há partidos mais inclusivos que outros, ou seja, incluem maior número de filiados na escolha de seus candidatos, especialmente para os Legislativos. Com isso, incrementam o grau de participação dos filiados na vida político-partidária (Álvares, 2006; Braga e Veiga, 2009).

Segundo a literatura especializada em partidos políticos essa é uma de suas principais funções no processo democrático. Para Schattschneider (1941),

Gallagher (1988) e Katz (2001), a importância dessa atividade partidária decorre ao menos de dois fatores. Primeiro, é a chave do processo de recrutamento político das elites políticas em uma democracia representativa. Segundo, é um dos momentos mais significativos no que concerne aos conflitos intrapartidários. O processo de seleção revela muito sobre a disputa interna, de que forma ela se dá, com que intensidade e como é resolvida, tornando-se, portanto, unidade de análise singular para o exame da dinâmica interna e, o mais importante, para a identificação da estrutura de autoridade da organização partidária. Por isso mesmo, outros autores afirmam que a questão da designação dos candidatos é um elemento essencial em qualquer definição de partido político (Key, 1956; Sartori, 1976; Schelesinger, 1991).

E como será o processo de seleção de candidatos para o nível local? Quem e como seleciona os candidatos à Câmara Municipal? Quais critérios são usados? Há diferenças entre esses procedimentos de uma subseção partidária para outra? Para responder essas questões este artigo analisa o processo de seleção desenvolvido pelo PT, PSB, PSDB, PMDB, PDT e DEM ocorrido no contexto das eleições de 2008. Para desvendar possíveis diferenças e similaridades regionais dos partidos estudados, comparamos esse processo nos municípios de Salvador e São Paulo. Em termos da metodologia seguimos o método analítico desenvolvido por Hazan e Rahat (2006).

Organizamos este artigo da seguinte forma: na próxima seção situamos o contexto político dos dois municípios analisados. Na terceira seção analisamos as três dimensões do processo de seleção dos candidatos a vereador em São Paulo e Salvador: quem seleciona, como e com quais critérios. Na quarta seção examinamos as listas de candidatos buscando identificar similaridades e diferenças entre os critérios usados pelos selecionadores de cada subseção dos partidos e entre os partidos. Finalmente na última seção tecemos as considerações finais.

2. Atuação dos partidos no processo eleitoral de 2008

As eleições de 2008 constituem o sexto ciclo eleitoral municipal desde a redemocratização do País, em 1985. Participaram daquele pleito 27 partidos, os quais disputaram os cargos eletivos de 5.563 municípios brasileiros em um contexto político nacional marcado pelos altos índices de popularidade do governo federal.

No período pré-eleitoral os diretórios municipais dos partidos em cada uma das cidades são as unidades partidárias responsáveis pela organização das chapas de candidatos que disputarão as prefeituras e as cadeiras legislativas da Câmara dos Vereadores. Antes de analisarmos a formação das listas partidárias pelas lideranças partidárias situamos os contextos subnacionais investigados. As seguintes questões nortearão esta seção: como estavam situadas as forças partidárias antes das eleições de 2008 em cada um dos municípios? Quantos e quais partidos e candidatos participaram do processo de seleção? Qual foi o resultado da competição partidária naquele pleito?

O poder municipal na legislatura de 2004-2008 em cada um dos municípios analisados teve composição política bem singular. A cidade de São Paulo foi governada pela coligação PSDB / PFL / PPS, tendo, inicialmente, José Serra (PSDB-SP) como prefeito. Quando este deixou o cargo para disputar o pleito para o governo do Estado em 2006, o seu vice, Gilberto Kassab do DEM-SP³, assumiu seu posto. A eleição de 2008 foi bastante disputada, com três candidatos dividindo a grande maioria dos votos. A definição se deu somente no segundo turno, com a reeleição do candidato democrata. O prefeito Gilberto Kassab foi reeleito com 2.140.423 votos, por uma nova coligação: PR - PMDB - PRP - DEM - PV - PSC. Já o PSDB dividido⁴, comporia a coligação PTB - PSDB - PHS - PSL – PSDC e lançaria o então governador Geraldo Alckmin. O candidato do PSDB obteve 1.431.670 votos. A segunda maior força eleitoral da cidade nesse pleito foi encabeçada

³ Em início de 2007, o PFL trocou de nome e o partido passou a ser chamado de Democratas - DEM.

⁴ A divisão no PSDB se deu em torno da escolha do candidato para disputar a prefeitura. Um grupo sob a liderança do então governador José Serra optou por continuar apoiando o então prefeito Gilberto Kassab enquanto o outro grupo – este sob jugo do Deputado José Aníbal, então líder do PSDB na Câmara dos Deputados - optou por defender a candidatura do ex-governador Geraldo Alckmin.

pela candidata do PT, Marta Suplicy. A coligação PT - PC do B - PDT - PTN - PRB – PSB logrou 2.088.329 votos. Ao todo 11 candidatos disputaram a prefeitura de São Paulo, sendo quatro por coligações e cinco por partidos individuais ⁵.

No que diz respeito às eleições para o Legislativo municipal paulistano as informações da tabela 01 revelam que 1075 candidatos disputaram uma cadeira para aquela Câmara. Apesar dessa ampla quantidade de opções nenhum dos 28 partidos apresentou o número máximo de candidatos permitidos pela legislação⁶. Os partidos com a maior oferta de quadros foram, por ordem de grandeza, o PSDB, com 89, o PPS, com 66 e em seguida vem o PDT, com 63 postulantes. Na seqüência, ficaram o PP, com 53 e o PT, com 52. Ainda entre os partidos analisados, aqueles que contribuíram com a menor porção de candidatos foram o DEM, com 31, PMDB, com 27 e o PSB com 23. Juntos esses partidos contribuíram com 31% do total de candidaturas.

Em termos de votação os sete partidos analisados concentraram 66% dos votos válidos, indicador primordial da relevância representativa dessas forças partidárias na cidade de São Paulo. Neste pleito, individualmente, a

⁵ Os outros candidatos que concorreram no pleito de 2008 conseguiram a seguinte votação: PAULO MALUF (PP) obteve apenas 376.734 votos, ANAI CAPRONI (PCO) ficou com 1.656 votos, CIRO (PTC), obteve 3.825 votos, EDMILSON COSTA (PCB) conseguiu 4.300 votos, IVAN VALENTE (PSOL), em coligação com o PSOL obteve 42.616 votos, LEVY FIDELIX (PRTB), chegou aos 5.518 votos, RENATO REICHMANN (PMN) ficou com 7.234 votos e SONINHA (PPS) obteve 266.978 votos.

⁶ De acordo com a RESOLUÇÃO 22.717, art. 22: Cada partido político poderá registrar candidatos para a Câmara Municipal até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher (Lei nº 9.504/97, art. 10, *caput*). No caso de coligações, independentemente do número de partidos políticos que a integrem, poderão ser registrados candidatos até o dobro do número de lugares a preencher (Lei nº 9.504/97, art. 10, § 1º). Sendo assim, nos casos das cidades estudadas:

| Cidade | Nº de Vagas | Nº Máx. Candidatos por Partido | Nº Máx. Candidatos por Coligação |
|-----------|-------------|--------------------------------|----------------------------------|
| Salvador | 41 | 62 | 82 |
| São Paulo | 55 | 83 | 110 |

maior votação foi obtida pelo PT, com 21,49% dos votos, seguido muito de perto pelo PSDB, com 21,12% dos votos. O DEM ficou com a terceira maior votação, chegando a 14,6%.

Tabela 1- Resultado geral das eleições de 2008 para vereador no município de São Paulo

| Partidos | Número de candidatos | | Votos válidos | | Número de cadeiras | | Número de reeleitos | |
|------------------------------|----------------------|-------------|------------------|--------------|--------------------|-------------|---------------------|-------------|
| | N | (%) | N | (%) | N | (%) | N | (%) |
| DEM | 31 | 3 | 878.091 | 14,62 | 7 | 12,7 | 5 | 13,2 |
| PSDB | 89 | 8,3 | 1.268.588 | 21,12 | 13 | 23,6 | 12 | 31,6 |
| PMDB | 27 | 2,5 | 226.958 | 3,78 | 2 | 3,6 | 2 | 5,2 |
| PP | 53 | 5 | 263.038 | 4,38 | 2 | 3,6 | 2 | 5,2 |
| PT | 52 | 5 | 1.290.441 | 21,49 | 11 | 20,0 | 10 | 26,3 |
| PSB | 23 | 2,1 | 81.857 | 1,36 | 2 | 3,6 | 0 | 0 |
| PDT | 63 | 6 | 15.988 | 2,66 | 1 | 2 | 1 | 2,6 |
| Total desses partidos | 335 | 31,2 | 4.168.853 | 66,2 | 38 | 69,1 | 32 | 84,2 |
| Outros partidos | 737 | 68,5 | 2.132.779 | 33,8 | 17 | 30,9 | 6 | 15,8 |
| Total geral | 1075 | | 6.301.632 | | 55 | 100% | 38 | 69,1 |

Fonte: Elaboração a partir de dados obtidos do TSE.

Em relação à composição das forças políticas na Câmara Municipal paulistana, conforme tabela 1, os partidos governistas obtiveram um pouco mais de 50% das cadeiras naquele pleito, com o PSDB obtendo 13 cadeiras, o DEM, 7, o PR, 5 e o PPS e o PMDB, 2 cada. Enquanto na oposição, o PT obteve 11 assentos e o PCdoB e PSB, ambos com duas cadeiras. Os demais partidos juntos agregaram 13 cadeiras.

Um último aspecto a considerar se refere ao número de representantes em cada partido que conseguiu se reeleger. Como podemos ver na tabela I, a maior parte dos vereadores que se reelegeu está filiada aos sete partidos analisados, isto é, 84%. Fato que demonstra que além desses partidos agregarem a maior parcela de votos e de cadeiras também concentra o maior número de representantes que conseguem se manter naquela Casa Legislativa. Ao mesmo tempo também vimos que essa variável, a reeleição, explica ao menos em parte a relevância desses partidos na cidade de São Paulo, pois como demonstrado, esses sete partidos apresentaram apenas 31% das candidaturas. Fato que está relacionado com as estratégias das lideranças desses partidos ao coordenarem suas ações em coligação e apresentarem um número de candidatos abaixo do permitido pela legislação.

Já o município de Salvador foi governado durante o período de 2004-2008 por João Henrique Carneiro (PDT-BA, em 2004) eleito pela coligação PDT / PSL / PSC / PMN / PSDB / PRONA. No pleito de 2008, Salvador contou com apenas 05 candidatos à prefeitura com uma fortíssima concentração de votos em apenas três candidatos. As eleições somente foram decididas no segundo turno, com a reeleição do prefeito da cidade. João Henrique, desta vez, entrou na disputa como candidato pelo PMDB e, concorrendo pela coligação PMDB, PTB, PDT, PMN, PSL, PSC, PP, PHS e PRTB, obteve 402.684 votos. Em segundo lugar ficou Walter Pinheiro (PT-BA) pela coligação, PC do B - PV - PT – PSB, com 390.933 votos. Em terceiro lugar ficou ACM Neto (DEM-BA) pela coligação DEM - PR - PRB - PTN - PTC - PSDC - PRP - PT do B com, 346.881votos⁷.

No que diz respeito às eleições para o Legislativo municipal da capital baiana, a tabela II revela que 818 candidatos concorreram às 41 cadeiras daquela Casa. Ao todo 26 partidos participaram daquele pleito. De acordo com as informações apenas 28% dos postulantes foram apresentados pelos sete

⁷ Os demais candidatos na disputa pela prefeitura de Salvador foram: o ex-prefeito da capital Antônio Imbassahy (PSDB-BA) com a coligação com o PPS, obtendo 108.660 votos e o candidato do PSOL, HILTON COELHO, pela coligação PCB - PSOL – PSTU, obteve 51.196 votos.

partidos examinados, aspecto também já observado no processo de seleção ocorrido no município de São Paulo. Entre os partidos estudados, o PDT foi o partido que apresentou o maior número de candidatos, seguido do PT, PMDB e PSB.

Tabela II – Resultado geral das eleições de 2008 para vereador no município de Salvador

| Partidos | Número de candidatos | | Número de votos | | Número de cadeiras | | Número de reeleitos | |
|-----------------------|----------------------|-------------|------------------|-------------|--------------------|-------------|---------------------|-------------|
| | N | (%) | | | N | (%) | N | (%) |
| DEM | 22 | 2,6 | 58.151 | 5,3 | 3 | 7,3 | 2 | 9,5 |
| PSDB | 31 | 3,8 | 46.537 | 4,4 | 2 | 4,8 | 1 | 4,7 |
| PMDB | 44 | 5,4 | 120.657 | 11 | 6 | 14,6 | 6 | 28,6 |
| PP | 6 | 0,7 | 3.014 | 0,2 | 0 | 0 | 0 | |
| PT | 45 | 5,5 | 106.465 | 9,7 | 6 | 14,6 | 2 | 9,5 |
| PSB | 41 | 5,0 | 53.286 | 5,1 | 2 | 4,8 | 2 | 9,5 |
| PDT | 50 | 6,1 | 52.382 | 4,9 | 2 | 4,8 | 2 | 9,5 |
| Total desses partidos | 230 | 28,2 | 440.192 | 40,6 | 21 | 51,2 | 14 | 66,7 |
| Outros partidos | 588 | 71,8 | 651.984 | 59,4 | 20 | 48,7 | 7 | 33,3 |
| TOTAL | 818 | | 1.092.176 | | 41 | 100 | 21 | |

Fonte: Elaboração a partir de dados obtidos do TSE.

Quanto aos resultados eleitorais, a tabela 2 revela que os partidos investigados concentraram quase 41% dos votos válidos, aquém dos resultados obtidos em São Paulo. O PMDB – partido do prefeito reeleito - foi o partido mais forte eleitoralmente, conquistando 11% dos votos. O segundo

melhor desempenho foi o do PT, que obteve 9,7% dos votos. Em seguida ficaram o DEM e o PSB, com apenas 5,3% e 5,1% cada um.

No que diz respeito à representação legislativa, a Câmara de Salvador aparece altamente concentrada em dois partidos: o PMDB (do prefeito João Henrique) e o PT (do governador Jacques Wagner). Os dois conseguiram a mesma representação, isto é, quase 15% dos 41 assentos. O DEM é a terceira força com 7,3% das cadeiras. Outra informação importante é a de que os partidos analisados elegeram 51% das cadeiras da capital baiana, sendo mais equilibrada que a composição da câmara de São Paulo.

Finalmente, em relação à taxa de reeleição a Câmara de Salvador reelegeu 51% dos vereadores, ficando atrás da taxa de reeleição da encontrada em São Paulo, 69%. Entre os estudados, o PMDB foi o partido com o maior número de reeleitos, chegando a quase 29%.

Vistos os contextos políticos e os resultados pré e pós eleitorais do pleito de 2008, na seção seguinte buscamos investigar quem foram os selecionadores em cada partido e quais critérios foram usados para incluir e/ou excluir os postulantes na lista partidária.

3. O processo de seleção dos candidatos a vereador em São Paulo e Salvador: quem seleciona, como e com quais critérios

3.1 - Seleção de candidatos a vereador no município de Salvador (BA), em 2008.

No município de Salvador o processo de seleção de candidatos a vereador em 2008 foi analisado em sete partidos: PP, PT, PDT, PSDB, PMDB, PSB e DEM. Destes, alguns apenas homologaram os poucos postulantes que se apresentaram, enquanto outros tiveram que adotar critérios de seleção e lidar com uma demanda de pré-candidatos maior que o número de vagas disponíveis. De qualquer maneira, as entrevistas com os quadros responsáveis pela seleção revelaram alguma variação entre as prioridades adotadas pelos diferentes partidos e também dificuldades pelas quais passam os

selecionadores durante o processo. Apesar de não permitirem generalizações, estes achados preliminares constituem contribuição para o conhecimento na medida em que lançam algumas luzes sobre aspectos pouco explorados até agora nos partidos brasileiros.

A Câmara Municipal de Salvador tem 41 cadeiras, o que permitiu a cada partido apresentar uma lista de até 62 candidatos (ou até 82 para as coligações). As convenções foram realizadas entre 10 e 30 de junho de 2008, conforme estabelecia a legislação, e ao final do processo, o TSE divulgou a lista oficial dos candidatos com 901 nomes dos 26 partidos, assim distribuídos:

Tabela 3: Número de candidatos por Partido/coligação em Salvador de todos os partidos, 2008.

| Partido ou Coligação | Nº de Candidatos |
|------------------------------|-------------------------|
| Partido isolado: PDT | 52 |
| Partido isolado: PMN | 58 |
| Partido isolado: PPS | 53 |
| Partido isolado: PSDB | 36 |
| Partido isolado: PTB | 47 |
| Partido isolado: PTC | 61 |
| Coligação: DEM/PR | 62 |
| Coligação: PRB/PTN | 81 |
| Coligação: PCB/PSOL/PSTU | 28 |
| Coligação: PRP/PSDC/PTdoB | 74 |
| Coligação: PP/PSC | 77 |
| Coligação: PHS/PSL | 71 |
| Coligação: PSB/PV | 61 |
| Coligação: PCdoB/PT | 82 |
| Coligação: PMDB/PRTB | 58 |

| | |
|-------|-----|
| Total | 901 |
|-------|-----|

Fonte: www.tse.gov.br

A pesquisa foi feita através de entrevistas com os selecionadores. Cada um dos partidos analisados foi consultado e em todos eles alguma liderança ou funcionário respondeu a perguntas pré-definidas sobre o processo de seleção dos candidatos. Apenas no PDT, PT e PMDB aconteceram processos de seleção de candidatos, porque só nestes partidos o número de postulantes foi maior que o de vagas. Nos demais partidos (PP, PSDB, PSB e DEM) não houve necessidade de seleção, mas em quase todos eles as entrevistas renderam informações sobre critérios gerais e prioridades dos partidos, aplicados em outras eleições.⁸

Assim, é possível comparar critérios de seleção de candidatos mencionados pelos selecionadores dos partidos, aplicados nas eleições de 2008 ou anteriores. Quase todos os entrevistados mencionaram a necessidade de um contato individualizado com os postulantes. No PP, uma conversa com o secretário geral ou com o presidente costuma alertar os pré-candidatos sobre a importância da lealdade ao partido e sobre a necessidade de recursos próprios para a campanha. No PT, o objetivo é saber a motivação que leva cada um a apresentar-se. No PMDB o selecionador faz suas escolhas a partir de tais contatos, sem necessidade de justificá-las por quaisquer critérios objetivos. No PDT as lideranças se servem de tais conversas para apaziguar competições internas e para convencer alguns postulantes de que devem abrir mão de suas pré-candidaturas em favor de correligionários mais eleitoralmente promissores ou mais representativos do mesmo movimento.

Infelizmente as informações que os selecionadores reúnem no processo não são sistematizadas nos partidos, e, portanto não são disponíveis para análise. É comum que os partidos mantenham fichas com dados básicos dos candidatos, mas raro que incluam postulantes que não foram lançados após o processo de seleção. Desta forma, resta como fonte de dados para a pesquisa

⁸ No Democratas, as respostas foram dadas por telefone e se resumiram à reiteração de que não tinha havido seleção em 2008, e, portanto perguntas sobre o processo de seleção não se aplicavam.

apenas a memória dos selecionadores, e apenas na medida em que ela possa ser apreendida pelo pesquisador.

A tabela 4 abaixo compara os partidos analisados quanto aos seus procedimentos internos de seleção de candidatos:

Tabela 4: Critérios dos partidos, em Salvador, para seleção dos candidatos.

| Partido | Instrumento utilizado | Critérios (pela ordem em que foram mencionados) | Seleção em 2008 |
|---------|---|--|-----------------|
| PP | ficha, conversa com secretário ou presidente | experiência eleitoral (número mínimo de votos); escolaridade; possibilidades financeiras para a campanha | não |
| PT | aclamação no encontro dos filiados | tempo de militância; motivo da candidatura | sim |
| PDT | Formulário | potencial eleitoral; contemplar movimentos sociais internos | sim |
| PSDB | Ficha | referência; liderança do partido que indicou | não |
| PSB | Entrevista | área de atuação; bairro; inserção em movimentos; tempo no partido. | não |
| DEM | não informou | não informou | não |
| PMDB | atendimentos individuais dos postulantes pelas lideranças | "critério subjetivo" (avaliação discricionária pelas lideranças) | sim |

Fonte: Entrevistas realizadas em 2008 com os selecionadores dos partidos, em Salvador.

Se é que é possível arriscar alguma análise a partir de tão poucos dados, salta aos olhos a variação entre os critérios de seleção mencionados nas entrevistas. Enquanto alguns partidos são mais pragmáticos, preocupando-se com a viabilidade das candidaturas, outros adotam critérios estritamente políticos. Evidentemente estas informações devem ser analisadas com o cuidado que todo o dado de entrevista merece. O que os entrevistados dizem que seus partidos enfatizam não necessariamente corresponde à prática

adotada por eles no processo concreto de seleção. Entretanto, este viés pode estar nas declarações dos selecionadores de todos os partidos e mesmo assim estas declarações variam. Isso indica que o que uma liderança (ou funcionário autorizado) declara sobre o próprio partido tem um significado que não deve ser ignorado.

Trata-se aqui da diferença entre posicionamento ou preferência do partido e seu comportamento estratégico. Quando se afirma um determinado critério se pretende tornar pública uma determinada imagem, uma determinada preferência do partido; quando se efetiva o lançamento de determinados candidatos e não de outros, o propósito é maximizar resultados eleitorais. O comportamento estratégico inclui as preferências políticas, mas não se resume a elas.

Assim, podemos observar na tabela 4 acima que PT, PSB e PSDB afirmam adotar critérios que podemos classificar como políticos (tempo de militância, motivação, referências de lideranças do partido, inserção social) enquanto o PP declara adotar critérios que podemos classificar como pragmáticos (histórico de desempenho eleitoral, recursos próprios para a campanha). Não fosse o fato de o PDT incluir os dois tipos de critérios, poderíamos incorrer no equívoco de tentar estabelecer relações entre a posição ideológica dos partidos e o tipo de critérios que adota. Esta seria sem dúvida uma associação apressada, não só porque a escassez de dados não a autoriza, mas também pela falta de justificativa teórica: desde Panebianco (2005[1982]) sabemos que a necessidade pragmática de adotar comportamentos estratégicos que produzam votos é comum a todos os partidos, tanto da esquerda quanto da direita, e que o cultivo da identidade política é também uma necessidade dos partidos, que não pode ser negligenciada nem pela esquerda nem pela direita.

Também não é possível verificar nenhuma relação entre o tipo de critério adotado e a necessidade de selecionar candidatos: os postulantes a candidatos a vereador de Salvador, em 2008, não parecem ter levado isso em conta quando escolheram mais o PMDB, o PT e o PDT do que os demais partidos analisados.

3.2 - O Processo de seleção para a Câmara Paulistana

O exame da dimensão de *quem seleciona* os candidatos a vereador nos partidos investigados revelou que existem três padrões básicos na cidade de São Paulo: primeiro, mais descentralizado, sendo o PT e o PSB, os partidos que realizam eleições internas fechadas, ou seja, somente os filiados dos diretórios zonais podem participar. De acordo com seus dirigentes, numa primeira fase desse processo, os filiados zonais são responsáveis por indicar em cada zonal os postulantes a uma vaga na lista partidária. O número de candidatos de cada zonal é proporcional ao número de filiados registrados em cada uma delas, antes de começar as eleições internas. Os filiados mais votados são consultados se realmente querem participar do pleito como candidatos e somente com a aprovação destes será composta a lista partidária a ser apresentada a todo o conjunto dos eleitores paulistanos. Sendo assim, esse padrão se caracteriza por ser o mais inclusivo no que diz respeito ao processo de tomadas de decisão quanto à conformação da lista partidária e também mais democrático, uma vez que diversos membros participam do processo de seleção no PT e no PSB.

Segundo, um padrão menos descentralizado foi relatado pelos membros do PSDB e do PMDB que participaram diretamente da organização da seleção. No caso desses dois partidos, algumas lideranças partidárias, normalmente o presidente do diretório zonal e o secretário de organização e outros auxiliares decidem quais são os filiados que vão compor a lista partidária previamente e na convenção partidária todos os filiados são convocados a homologarem ou não, por meio do seu voto, a chapa completa. No caso dos dois partidos, outras questões também poderão constar nas cédulas de votação para os filiados se manifestarem nas urnas. Normalmente são questões para resolver se esses partidos fazem ou não coligações, qual candidato (e partido) poderá ser o vice na chapa para prefeito ou mesmo permitir/delegar às lideranças que estão no comando do partido decidirem posteriormente alguma pendência em relação à disputa eleitoral que virá. Nesse padrão predomina um grau menor de descentralização das decisões intrapartidárias e de democratização da

participação dos membros, com maior controle, portanto, dos selecionadores sobre a formação da lista partidária.

O terceiro padrão observado é o mais centralizado, ou seja, com as lideranças dos partidos controlando todo o processo de seleção. Aqui estão incluídos PP, DEM e PDT. No caso deste último partido, uma das explicações de suas lideranças para tal processo está relacionada com o fato de o partido apresentar baixa organização partidária na capital paulistana, o que dificultaria a arregimentação de filiados mais envolvidos com as atividades internas da organização. Nesses partidos, as principais lideranças de cada grupo político – em geral, poucos líderes no caso do PP e integrantes da comissão executiva nos casos do PDT e do DEM - montam a lista partidária e decidem todas as questões pertinentes ao processo de competição eleitoral. Os poucos filiados que participam da convenção desses partidos, normalmente são os candidatos, assessores parlamentares e outros profissionais envolvidos nas campanhas individuais de cada candidato, sendo que eles apenas tomam conhecimento e homologam os resultados das decisões resolvidas anteriormente. Trata-se, portanto, de partidos com a menor participação dos filiados no processo de seleção e montagem da lista partidária, constituindo-se nos mais centralizados e menos democráticos.

No que diz respeito aos *critérios* adotados pelos partidos para realizar a seleção dos candidatos há quase que um consenso entre o DEM, PP, PMDB, PSDB e PDT de que o *primeiro critério* a ser observado num postulante seja o *seu potencial eleitoral*. Já no caso do PT e do PSB seus dirigentes apontaram para o fato do filiado-postulante ser membro orgânico da organização partidária, isto é, quanto maior o envolvimento e tempo desse filiado no partido maior a chance dele ser escolhido pelos demais filiados para representá-los nas arenas políticas do Legislativo.

Outra condição apontada pelos entrevistados do PDT, PMDB, PSDB, DEM e PP foi que o aspirante contasse com estrutura financeira para custear sua campanha eleitoral. Nesse grupo de partidos também encontramos exigências específicas. Um desses critérios foi mencionado pelo dirigente do

DEM, o ex-governador de São Paulo, Claudio Lembo. De acordo com ele, para ser candidato pelo DEM seria necessário que houvesse convergência entre a linha de pensamento do postulante e a do DEM, que os aspirantes tivessem boa dicção e apresentação pessoal, além de desenvoltura para falar em público e escolaridade. Já no PSDB, foram salientados como requisitos cruciais o fato de o postulante já ter sido candidato em pleitos anteriores e ter pertencido a algum grupo temático de relevância e expressão na sociedade. E, no PP e no PDT, além de qualidades relacionadas à capacidade de liderança política também foi citado como requisito importante, o grau de formação educacional do futuro candidato. Para o PP, quanto mais alto o grau de instrução formal do aspirante, maiores serão suas chances de obter uma candidatura.

Já o PT e o PSB, segundo seus dirigentes, preocupam-se mais com requisitos organizacionais intrapartidários dos postulantes, suas orientações ideológicas e inserção nos movimentos sociais. Observa-se ainda, que o PT tende a dar maior peso aos postulantes que apresentam maior envolvimento na máquina partidária como dirigentes. Ao passo que o PSB, leva mais em conta o tempo de filiação do quadro ao partido para escolhê-lo como candidato ao legislativo municipal.

Os diversos critérios apresentados pelos partidos analisados nos levam a verificar que existem diferenças importantes entre as exigências e valores buscados pelos selecionadores de cada agremiação. Ao mesmo tempo vimos que existem requisitos comuns aos grupos de partidos aproximando-os uns dos outros. Tais aproximações colocam o PMDB, PSDB, PDT, PP e DEM num contínuo de características sócio-econômicas e próprias da carreira política que estão de acordo com a origem organizacional desses partidos.

Num outro contínuo estariam o PT e o PSB, cujas exigências dos selecionadores voltam-se, principalmente, para o grau de organicidade e ativismo dos postulantes. Esse fato é importante porque nos mostra que, ainda que seja cada vez menor a filiação partidária nos dias atuais, ela ainda faz diferença nos partidos de origem externa, mesmo que esses também

dependam cada vez mais dos recursos do Estado para sobreviverem e menos da gama de seus filiados.

A comparação dos dois contextos municipais revela diferenças e similaridades importantes no que diz respeito ao processo de seleção de candidatos a vereador realizado pelas subseções dos partidos investigados. A primeira diferença está relacionada com o grau de competitividade dos partidos em cada município analisado. Como vimos, em Salvador, devido à baixa procura pelo PP, PSDB, PSB e DEM, nestes partidos não foi realizado o processo de seleção. As listas de candidatos desses partidos tiveram um número bem menor de postulantes. Já em São Paulo todos os partidos estudados chegaram às suas listas de candidatos por meio do processo de seleção. Foram observados ainda ao menos três padrões de tipo de selecionadores na subseção paulistana, redundando em graus variados de inclusão das lideranças partidárias no que diz respeito à participação na organização das listas partidárias. Por último, cabe salientar a similaridade de critérios adotados na seleção dos candidatos entre as subunidades partidárias de cada partido, e ao mesmo tempo, as diferenças de critérios entre os blocos de partidos. Sendo assim, verificou-se que as subunidades do PT, PSB, PSDB de São Paulo e de Salvador lançaram mão de critérios classificados como políticos (tempo de militância, motivação, inserção social, referências de lideranças do partido) enquanto o PP, DEM, PMDB, PDT declaram adotar critérios classificados como pragmáticos (histórico de desempenho eleitoral, recursos próprios para a campanha).

4. Considerações finais

Este artigo buscou dar conta de dois objetivos. O primeiro foi comparar o processo de seleção dos candidatos a vereador às Câmaras Municipais de São Paulo e Salvador das eleições de 2008, visando identificar diferenças e similaridades entre as subunidades partidárias. Para isso três dimensões desse processo, realizadas pelo DEM, PMDB, PSDB, PDT, PSB e PT, foram analisadas. No que diz respeito a *Quem* e *como* selecionam esses candidatos

verificou-se que existe importante variação quando ao grau de inclusão dos filiados nessa atividade entre as subunidades. Sendo assim, enquanto em Salvador as lideranças do PP, PSDB, PSB e DEM organizaram uma lista de candidatos sem a participação da maior parte dos filiados, em São Paulo esses partidos realizaram o processo de seleção envolvendo um número maior de filiados nesse processo. Um fator que explica, ao menos em parte, esse comportamento diferente das subunidades está relacionado com o fato daqueles partidos terem um número bem menor de postulantes em relação ao número de vagas permitido por lei em Salvador.

Em relação à dimensão dos *critérios* utilizados pelos selecionadores para escolherem os candidatos, observou-se que há certa convergência de valores entre as subunidades partidárias. Ou seja, os mesmos critérios são adotados pelos partidos nos dois contextos examinados, redundando em diferenças relevantes entre os partidos. É possível, portanto, verificar maior proximidade, por um lado, entre o PT, PSB e, em menor grau, o PSDB quanto aos critérios políticos para selecionar seus candidatos, e por outro lado, entre o PP, DEM e PMDB quanto aos critérios mais pragmáticos. Por fim, o PDT, nos dois municípios, inclui os dois tipos de critérios.

Já o segundo objetivo deste artigo foi verificar se houve diferenças nesses procedimentos de uma subseção partidária para outra.

Foi observado que houve diferenças relevantes que nos permitiram distinguir grupos de partidos nos contextos municipais examinados. No entanto, verificou-se similaridade de critérios de uma subunidade partidária para outra, revelando traços da nacionalização dos procedimentos no recrutamento partidário. Contudo, o fato de não sermos capazes, por enquanto, de oferecer explicações para a variação observada entre os partidos no que se refere aos processos internos de seleção de candidatos não reduz a importância de termos detectado tal variação entre os partidos em cada contexto. É importante salientar que, mesmo agindo sob o mesmo contexto e de terem que atender às mesmas exigências legais, os partidos não conduzem da mesma forma os seus processos internos de seleção de candidatos. Isto ficou claro na análise das eleições para vereador em Salvador e São Paulo e, sem dúvida merece ser mais explorado. Nossos modestos resultados ao menos reforçam a

afirmação inicial, de que é preciso desenvolver melhor este aspecto na agenda de pesquisa sobre os partidos brasileiros.

5. Referências Bibliográficas

Álvares, Maria Luzia Miranda. (2006) *Determinantes da seleção de candidaturas aos cargos parlamentares e regras estatutárias na formação do selecionador brasileiro, nas eleições de 2002*. V Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, UFMG, Belo Horizonte.

Braga, M.S.S. & Bourdoukan, A. (2009). Partidos políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público. *Revista Perspectivas*, São Paulo. v.35. UNESP.

Braga, M. S. S. (2006). *O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro: Padrões de Competição Política 1982-2002*. São Paulo, Humanistas/Fapesp.

____ (2008). Organizações Partidárias e Seleção de Candidatos no estado de São Paulo. *Opinião Pública*, vol. 14, nº 2, p.454-485.

____ & Veiga, L. (2009). Recrutamento e Perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 4 n.70.

____ (2010a). Elections and Democracy in Brazil: on the way to an institutionalized party system. Paper presented in XXI IPSA World Congress of Political Science, Santiago, July 12-16 de 2009.

Panebianco, A. (2005). Modelos de Partidos, Madri, Fondo de Cultura Economica.

Gallagher, M. & MARSH, M., eds (1988) Candidate Selection in Comparative Perspective: The Secret Garden of Politics, London, Sage.

Katz, R. (2001). "The Problem of Candidate Selection and Models of Party Democracy". *Political Studies*, Vol. 7. No.3 pp. 277–296.

Sartori, G. (1976). Partidos Políticos e Sistemas Partidários. Brasília. UNB.

Schelesinger, J. (1991). Political parties and the winning of office. Ann Arbor, University of Michigan Press.

Schattschneider, E. E. (1941). Party Government. Nova York, Holt, Rinehart and Winston.

Tribunal Superior Eleitoral (www.tse.gov.br)

